Francisco José Escalreira Ribeiro e Maria Cecília Campilho Pereira Meneses, de acordo com as seguintes regras:

- d.1) Assinatura por dois elementos referidos na alínea d), até ao montante de € 1000, inclusive;
- d.2) Assinatura conjunta por um dos elementos referidos na alínea d) e a outra pelo licenciado Roque Moura Lima Pereira, para montantes superiores a € 1000;
- e) Outorgar, em representação do IFADAP, actuando como mutuante, as escrituras de empréstimo a conceder aos empregados, no âmbito do crédito à habitação para os trabalhadores bancários, bem como aceitar as garantias destinadas à segurança do crédito, nas condições que tiver por convenientes, podendo, para o efeito, praticar os actos que julgar necessários;
- f) Celebrar contratos de manutenção e assistência técnica ao diverso equipamento existente nas respectivas instalações do IFADAP e do INGA, até ao montante de € 3000 e desde que tenham cabimento orçamental;
- g) Autorizar o pagamento de despesas correntes ou de funcionamento, ou assunção de encargos, até ao montante de € 3000 e desde que tenham cabimento orçamental;
- h) Representar o IFADAP e o INGA em todos os actos que respeitem ao condomínio, relativamente às fracções em que estejam instalados os serviços regionais;
- i) Autorizar o pagamento de subsídios, ajudas, prémios, concessão de crédito e bonificações, regularmente aprovados, bem como autorizar a libertação de garantias, cauções, livranças e fianças constituídas no âmbito dos respectivos processos;
- j) No âmbito das respectivas medidas, e quando for caso disso, outorgar contratos, bem como proceder à sua rescisão ou modificação;
- k) Assegurar a decisão ou o parecer interno sobre os projectos de âmbito regional, de acordo com os limites fixados no anexo i;
- l) Assegurar a análise e decisão dos pedidos de atribuição ou ajustamento de direitos apresentados ao abrigo da Portaria n.º 1202/2004, de 17 de Setembro;
- m) Outorgar os contratos a celebrar no âmbito do Despacho Normativo n.º 6/2005, de 18 de Janeiro;

2.3 — Que, mediante proposta do licenciado Roque Moura Lima Pereira ao conselho de administração, as competências objecto da presente delegação possam ser subdelegadas;

2.4 — Ratificar todos os actos praticados no âmbito da presente delegação desde 1 de Fevereiro de 2006 até à data da publicação do presente despacho;

3 — Delegar no licenciado João Afonso Nunes, director a prestar serviço no Gabinete de Auditoria, para aplicação no âmbito estrito do respectivo Gabinete, as competências gerais de gestão enunciadas no n.º 1.1 do despacho n.º 20 235/2005, de 25 de Agosto;

3.1 — Que, mediante proposta do licenciado João Afonso Nunes ao conselho de administração, as competências objecto da presente delegação possam ser subdelegadas;

3.2 — Ratificar todos os actos praticados no âmbito da presente delegação desde 1 de Janeiro de 2006 até à data da publicação do presente despacho;

4 — Designar os seguintes substitutos dos dirigentes:

- O licenciado Mário Manuel Garcia Faria Gaspar, director regional da Beira Litoral, será substituído, nas suas ausências e impedimentos, pelo licenciado Francisco Marques de Almeida;
- O licenciado Roque Moura Lima Pereira, director regional de Trás-os-Montes, será substituído, nas suas ausências e impedimentos, pelo licenciado José Manuel Serra Catalão Borges Cardoso;
- O licenciado João Afonso Nunes, director a prestar serviço no Gabinete de Auditoria, será substituído, nas suas ausências e impedimentos, pelo licenciado Carlos Manuel Sousa Martins.

5 — São revogados os seguintes pontos do despacho n.º 20 235/2005, de 25 de Agosto:

5.1 — A referência aos licenciados Vítor Salavessa Mota, Maria Isabel Moreno Xavier Escudeiro e Fernando Augusto Gomes da Cruz efectuada no n.º 1;

5.2 — N.ºs 1.1.12 e 1.2.13;

5.3 — A referência aos licenciados Vítor Salavessa Mota, Maria Isabel Moreno Xavier Escudeiro e Fernando Augusto Gomes da Cruz efectuada no n.º 2, sobre as substituições.

6 — O presente despacho produz efeitos desde a data da sua assinatura.

13 de Janeiro de 2006. — Pelo Conselho de Administração: *Egídio Barbeito*, vogal — *Francisco Brito Onofre*, vogal.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Secretaria-Geral

Rectificação n.º 350/2006. — Por terem ocorrido transposições de texto, republicam-se, na íntegra, os *curricula* anexos ao despacho conjunto n.º 130/2006, de 18 de Janeiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 27, de 7 do corrente mês, respeitantes ao presidente e ao vogal do conselho de administração do IMOPPI — Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares, licenciados Hipólito António Pinto Ponce de Leão e Filipe António Alves da Silva.

20 de Fevereiro de 2006. — O Secretário-Geral, *Santos Cardoso*.

Curriculum vitae

1 — Dados pessoais:

Nome — Hipólito António Pinto Ponce de Leão;
Nacionalidade — portuguesa;
Naturalidade — Porto.

2 — Habilitações literárias — licenciado em Engenharia Electrotécnica, UP (1980) — esp. Utilização de Energia.

3 — Actividade profissional:

Estágio em engenharia — projectos e instalações, Luís Teixeira de Melo, L.^{da} — de 1980 a 1981;

Quadro da Luís Teixeira de Melo, L.^{da}, de 1981 a 1989:

Engenheiro projectista — de 1981 a 1984;
Director de projecto — de 1984 a 1989;

Gestor da Pleno — Projectos e Instalações, L.^{da} — de 1989 a 1992;
Vereador da Câmara Municipal do Porto, de 1990 a 1994:

Pelouro das relações com os agentes económicos — algumas iniciativas ou contribuições no âmbito deste pelouro:

Criação de duas escolas profissionais de comércio;
Criação do Centro Arbitral de Conflitos de Consumo;
Liberalização dos horários de comércio;
Nova regulamentação para exercício de venda ambulante;

Membro do conselho directivo do INH — Instituto Nacional de Habitação — de 1992 a 1994:

Pelouros e algumas actividades no âmbito:

Responsável das direcções de análises de operações de crédito, coordenação técnica e financeira e contratação e garantias;
Coordenação das delegações portuguesas — Roma (UIOF), Genebra (ONU/CEH) e Edmonton (Habitat);

Membro do conselho de administração da STCPSA — de 1994 a 1996:

Algumas actividades no âmbito:

Projecto de reorganização dos espaços técnicos;
Estudo sobre possibilidade de linhas de CE histórico-turísticos;

Membro do conselho de administração da ABRANTINA, SGPS, de 1996 a 1999;

Gestor da OPTAPLANO — Consultoria, L.^{da} — de 1999 a Julho de 2002;

Auditor do curso de defesa nacional:

Trabalho final apresentado: «Coesão social, base para uma política de defesa nacional.»

Outros cargos exercidos:

Membro da mesa da assembleia geral do Instituto da Construção;
Membro da comissão instaladora do Instituto Superior de Estudos Industriais e Gestão do Instituto Politécnico do Porto;
Membro da mesa do Mercado Abastecedor do Porto;
Membro do conselho consultivo da Administração dos Portos de Douro e Leixões;
Membro do grupo de estudos para implantação do Novo Centro Materno-Infantil do Porto;
Presidente do Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo do Porto.

Funções actuais:

Presidente do conselho de administração do IMOPPI — Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário — desde 29 de Julho de 2002.

Curriculum vitae

1 — Dados pessoais:

Nome — Filipe António Alves da Silva;
 Nacionalidade — portuguesa;
 Naturalidade — Vila de Rei, Castelo Branco.

2 — Habilitações literárias:

Licenciado em Direito, em 1976, pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa;
 Advogado — cédula profissional n.º 3899 (17 de Março de 1978).

3 — Actividade profissional:

De 1975 a 2001 — Construtora Abrantina, S. A. — director e administrador, competindo-lhe os pelouros de recursos humanos, contencioso, imobiliário e produtos alimentares; em geral participou em todo o desenvolvimento do Grupo Abrantina ao longo de 25 anos;
 De 1992 a 2001 — administrador da Abrantina, SGPS;
 De 1991 a 2001 — administrador da IMOSPANO — Construção e Venda de Imóveis, S. A.;
 De 1994 a 2001 administrador da IMOPRAGAL — Construção e Venda de Imóveis, S. A.;
 De 1995 a 2001 — administrador da SIBEPOR — Internacional de Bebidas, S. A.;
 De 1994 a 2001 — administrador da Pateo Central — Sociedade de Promoção Imobiliária, S. A.;
 De 1998 a 2001 — gerente da Calçada 2000 — Betão Moldado, L.ª;
 De 2000 a 2001 — administrador da Abrantina Investimento Imobiliário, S. A.;
 Outras empresas — AUTOSIL, S. A. — exerceu funções de administrador-delegado, em representação do Sindicato Bancário, com o objectivo da reestruturação financeira da empresa.

Funções actuais — desde 29 de Julho de 2002, vogal do conselho de administração do IMOPPI — Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário.

Gabinete de Estudos e Planeamento

Despacho (extracto) n.º 5267/2006 (2.ª série). — Por despacho do subdirector do Gabinete de Estudos e Planeamento de 22 de Fevereiro de 2006, no uso de competência delegada:

Edgar Manuel dos Santos Gouveia Lopes — nomeado provisoriamente, precedendo concurso interno geral de ingresso, aberto pelo aviso n.º 6998/2005 (2.ª série), de 13 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 144, de 28 de Julho de 2005, na categoria de auxiliar administrativo, da carreira de auxiliar administrativo, do quadro de pessoal do ex-Gabinete de Coordenação dos Investimentos, constante do mapa 1 anexo ao Decreto Regulamentar n.º 16/92, de 22 de Julho, ficando posicionado no escalão 2, índice 137, nos termos dos artigos 4.º, 6.º, n.º 1, e 8.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e 30.º, n.º 7, do regulamento de incentivos à prestação de serviço militar nos regimes de contrato (RC) e de voluntariado (RV), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 118/2004, de 21 de Maio, com efeitos reportados à data da aceitação.

Foi obtida a confirmação de cabimento orçamental da 13.ª Delegação da Direcção-Geral do Orçamento. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Fevereiro de 2006. — O Chefe da Divisão Administrativa, José Teixeira Grosso.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL**Gabinete do Ministro**

Despacho n.º 5268/2006 (2.ª série). — Considerando a necessidade do Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores, adiante designado por INATEL, recorrer à contratação de serviços de utilização de trabalho temporário nos respectivos centros de férias, parques de campismo e balneários ter-

mais, no sentido de suprir as carências em termos de recursos humanos:

1 — Aprovo o procedimento proposto, concurso público, para aquisição dos serviços de utilização de trabalho temporário nos centros de férias, parques de campismo e balneários termais do INATEL entre o dia 1 de Março e o dia 31 de Dezembro de 2006, nos termos e ao abrigo das disposições conjugadas da alínea c) do n.º 1 do artigo 170.º, do n.º 1 do artigo 79.º e do n.º 1 do artigo 80.º, todos do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, bem como os documentos que lhe servem de base — anúncio, programa de concurso e caderno de encargos.

2 — Designo como júri do concurso os elementos propostos pela direcção do INATEL:

Presidente — Dr. Victor Manuel Ruivo, assessor da direcção.
 Vogais efectivos:

1.º Dr.ª Palma de Figueiredo, chefe de divisão das Férias Sociais, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

2.º Dr.ª Diana Pereira, consultora jurídica.

Vogais suplentes:

1.º Dr.ª Luz Farinho, consultora jurídica.

2.º Dr. Paulo Canário, consultor jurídico.

3 — Delego no júri a competência para a realização da audiência prévia prevista no artigo 41.º e no n.º 3 do artigo 108.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, ao abrigo do disposto no artigo 27.º do indicado diploma legal.

4 — Delego na direcção do INATEL a competência para proceder à adjudicação da referida aquisição de serviços, bem como para a aprovação da minuta de contrato a outorgar, nos termos e ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 54.º, do n.º 1 do artigo 64.º e do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.

17 de Fevereiro de 2006. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, José António Fonseca Vieira da Silva.

Gabinete do Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional

Despacho n.º 5269/2006 (2.ª série). — No uso dos poderes que me foram conferidos pelo despacho n.º 10 847/2005, de 28 de Abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 13 de Maio de 2005, e ao abrigo do disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 76/93, de 12 de Março, nomeio, com efeitos a partir da presente data e sob proposta da Câmara Municipal de Faro, como seu representante no conselho consultivo do Centro de Formação Profissional de Faro do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P., o vereador João Manuel Godinho Marques, exonerando das mesmas funções Helena Maria de Sousa Louro Oliveira.

17 de Fevereiro de 2006. — O Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional, Fernando Medina Maciel Almeida Correia.

Despacho n.º 5270/2006 (2.ª série). — No uso dos poderes que me foram conferidos pelo despacho n.º 10 847/2005, de 28 de Abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 13 de Maio de 2005, e ao abrigo do disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 76/93, de 12 de Março, nomeio, com efeitos a partir da presente data e sob proposta da Associação de Municípios do Distrito de Évora, como seu representante no conselho consultivo do Centro de Formação Profissional de Évora do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P., Estevão Pereira, exonerando das mesmas funções Alfredo Flaminio Barroso.

17 de Fevereiro de 2006. — O Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional, Fernando Medina Maciel Almeida Correia.

Despacho n.º 5271/2006 (2.ª série). — No uso dos poderes que me foram conferidos pelo despacho n.º 10 847/2005, de 28 de Abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 13 de Maio de 2005, e ao abrigo do disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 76/93, de 12 de Março, nomeio, com efeitos a partir da presente data e sob proposta da Direcção Regional de Educação do Alentejo, como seu representante no conselho consultivo do Centro de Formação Profissional de Portalegre do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P., Paulo Pires, exonerando das mesmas funções João Gonçalves Rolo Viegas.

17 de Fevereiro de 2006. — O Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional, Fernando Medina Maciel Almeida Correia.